

Comissão de Educação, Cultura e Desporto

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 2.226, de 1999 (Apenso o PL nº 2.584, de 2000)

Dispõe sobre a instituição do Programa “Paz na Escola”, de ação interdisciplinar e de participação comunitária para a prevenção e controle da violência nas escolas da rede pública de ensino no país e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. No intuito da orientação das novas gerações, a União, os Estados e o Distrito Federal, concorrentemente, proporcionarão meios de implementação nos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus dos respectivos Sistemas de Ensino, o Programa Paz na Escola, de ação interdisciplinar, contínua e de participação comunitária, de acordo com a idade e as necessidades de cada turma.

Art. 2º. São objetivos do Programa:

I – criar equipes de trabalho vinculadas aos Conselhos escolares para atuar na prevenção e no controle da violência nas escolas, analisar suas causas e apontar possíveis soluções;

II – desenvolver ações e campanhas educativas, de conscientização e valorização da vida, da solidariedade e do respeito à diversidade cultural e comportamental, dirigidas às crianças, aos adolescentes e à comunidade envolvida;

III – implantar ações voltadas ao controle da violência na escola, com vistas a garantir o reconhecimento dos direitos humanos, o exercício de pleno da cidadania e a promoção da harmonia e da paz entre a comunidade envolvida;

IV desenvolver ações culturais, sociais e desportivas que fortaleçam os vínculos entre a comunidade e a escola;

V – garantir a qualificação e o treinamento de todos os integrantes da equipe de trabalho, a fim de prepará-los para prevenir e controlar a violência na escola.

Parágrafo único – As equipes de trabalho a que se refere o inciso I serão constituídos por professores, funcionários, alunos e pais de alunos, podendo ser integrados outros membros por indicação do conselho escolar.

Art. 3º. Para coordenar as ações dos programas das escolas serão criados um núcleo central e núcleos regionais e locais, que contarão com supervisão e acompanhamento do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

§ 1º. Os núcleos central, regional e locais prestarão assistência técnica para a execução do programa e terão composição intersetorial e multiprofissional, que inclua, entre outros, representantes governamentais da área de educação, justiça e segurança, do juizado da infância e da adolescência, do ministério público e do Conselho Nacional de Educação;

§ 2º. A representação do corpo docente, de funcionários, dos estudantes e de pais de alunos, nos respectivos núcleos, se dará através de suas entidades representativas nos níveis nacional, estadual e local.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 02 de abril de 2002.

Deputada IARA BERNARDI

Relatora